

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

No dia dezessete de dezembro de dois mil e vinte e quatro, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Educação os representantes do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil Organizada: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de João Neiva (SAAE) - Sherlen Gomes Nunes Braga, Wyrlla B. de A. Castiglioni, Emerson Brandão Almeida; Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADES) - Hugo Teixeira Francisco Alves, Fernando Augusto Pessotti, Ingrid Araujo; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Obras Públicas (SEMDURB) - Hevelyn Ferreira dos Santos; Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação, Desenvolvimento Urbano e Projetos Especiais (SEMLADE) - Diego Pavesi Cometti; Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) – Bianca Felix de Oliveira; Secretaria Municipal de Educação (SEMED) – Wallisson Costa, Nayara dos Santos Simplicio Scopel; Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAG) – Celso Feu Correa; Entidades Religiosas do Município de João Neiva – Ronaldo Martins; Cooperativas e/ou Associações de Produtores Rurais do Município de João Neiva – Anelin Zucoloto Nardi; Comércio Local - Marcos Antônio do Nascimento e Associação de Moradores - Marcos Ribeiro Gomes.

O Presidente do Conselho, Sr. Marcos Ribeiro Gomes, declarou aberta a reunião, designando a servidora e secretária nomeada, Ingrid Araújo, como responsável pela redação da ata do dia.

O Presidente Marcos indagou à secretária Ingrid se o decreto de nomeação dos novos membros do Conselho já havia sido enviado para a assinatura do prefeito. Ingrid informou que, considerando o final do ano e a possibilidade de exonerações de alguns membros, o envio do pedido será realizado no início de 2025. O presidente também solicitou que o Regimento Interno do Conselho fosse publicado no site da Prefeitura.

O Presidente Marcos deu a palavra aos representantes do SAAE para esclarecimentos sobre o repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Básico (FUMSAN). Ele destacou a importância de o SAAE definir sua posição sobre valores, cronograma de retomada do repasse e a fiscalização das obras financiadas pelo fundo, considerando ser papel do Conselho acompanhar e fiscalizar essas ações.

O Diretor do SAAE, Sr. Emerson, afirmou que, apesar da meta de universalizar o saneamento básico até 2033, a autarquia enfrenta limitações financeiras. Ele explicou que a arrecadação mensal gira em torno de R\$400.000,00, com despesas aproximadas de R\$360.000,00, deixando um saldo de R\$40.000,00. Mesmo com um aumento significativo nas tarifas de água e esgoto, os recursos seriam insuficientes para alcançar a universalização, estimada entre R\$40 e R\$50 milhões.

O Diretor sugeriu que o SAAE, junto com o Conselho, procurasse as autoridades competentes, incluindo o Ministério Público, para expor a situação financeira. No entanto, o Presidente Marcos e os conselheiros concordaram que essa abordagem deve ser precedida de um estudo técnico documentado, apontando a impossibilidade de repassar os 40% ao fundo e indicando um percentual viável.

O conselheiro Sr. Marcos Nascimento ressaltou que o Poder Judiciário exige documentação fundamentada e que não seria produtivo procurar a Justiça neste momento, uma vez que os tribunais estarão em recesso até o dia 06/01/2025. Ele destacou que não basta apresentar uma alegação genérica de impossibilidade de repasse ao promotor, sendo imprescindível que o SAAE esteja embasado em estudos técnicos e contábeis sólidos antes de qualquer abordagem.

O Diretor do SAAE, Sr. Emerson, destacou a existência de uma parceria sólida e produtiva com o SAAE de Aracruz. Ele enfatizou que o SAAE de Aracruz, representado pelo Diretor Sr. Amadeu, demonstra grande interesse em colaborar para a solução dos desafios relacionados ao tratamento de esgoto do município. Atualmente, o Sr. Amadeu está analisando a viabilidade de dividir os custos do projeto em conjunto com o município, o que poderia contribuir significativamente para viabilizar as metas estabelecidas.

O Presidente Marcos ressaltou que o prazo para a conclusão da obra de saneamento básico no município é de oito anos, o que demanda um planejamento estratégico minucioso e criterioso. Ele enfatizou que, para viabilizar a execução do projeto, será necessário destinar pelo menos três anos ao planejamento técnico e administrativo. Além disso, destacou a dependência

de condições climáticas favoráveis, visto que períodos de chuvas intensas podem ocasionar paralisações significativas nas atividades, impactando o cronograma.

O Presidente Marcos pontuou a necessidade de um planejamento detalhado, com a definição de percentuais a serem arrecadados do faturamento bruto do SAAE, sem comprometer a operação da autarquia. O Secretário de Meio Ambiente Sr. Fernando questionou se já havia estudos internos demonstrando a realidade financeira do SAAE. Representantes do SAAE confirmaram que tais estudos ainda não foram realizados.

A Sr. Wyrlla sugeriu a criação de uma comissão especial para elaborar um cronograma que contemple a universalização do esgoto até 2033, com ajustes progressivos nas tarifas. Ela também destacou a carência de mão de obra técnica no SAAE, defendendo o apoio de um engenheiro para os cálculos necessários.

O Conselho decidiu enviar um ofício à Secretaria de Obras solicitando a designação do engenheiro civil Jefter dos Santos Ladislau para auxiliar na elaboração do cronograma e estudos necessários. As seguintes pessoas manifestaram interesse em compor a Comissão Especial: Wyrlla, Fernando, Marcos Nascimento e Sherlen, o engenheiro civil Jefter e do procurador Mário, também serão convidados a participar.

O Presidente Marcos reiterou que os recursos do FUMSAN são destinados ao SAAE para aquisição de materiais e execução de obras, mas enfatizou a importância da fiscalização pelo Conselho para assegurar a correta aplicação dos valores.


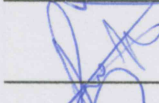
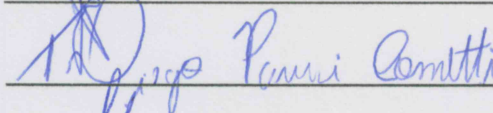
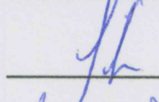
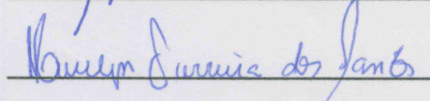
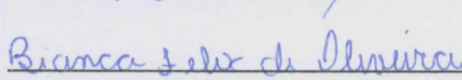
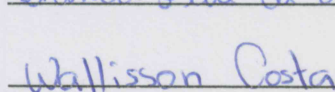
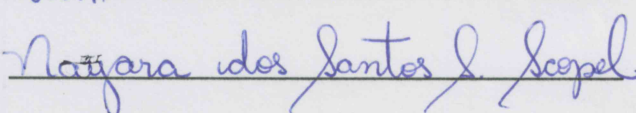
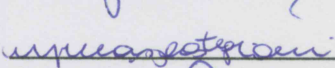
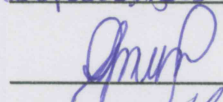
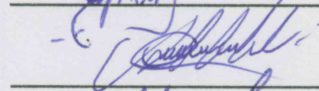
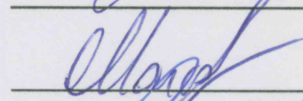
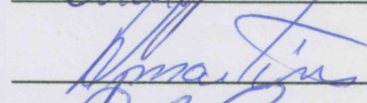

Dando continuidade à reunião a conselheira Hevelyn explicou que o projeto de lei que prevê a alteração para regime tarifário autoriza a agência reguladora a realizar estudos sobre a cobrança de tarifas ou taxas para os serviços de resíduos sólidos. A decisão será submetida à votação no grupo de WhatsApp do Conselho. O conselheiro Hugo questionou se haverá diferenciação tarifária para o comércio, que gera maior volume de lixo, e a conselheira Hevelyn confirmou que o estudo contempla essa possibilidade.

O conselheiro Wallisson assumiu a responsabilidade de elaborar um rascunho de uma cartilha educativa, contendo informações detalhadas sobre o

recolhimento de lixo. O objetivo é promover a conscientização da população, incentivando práticas adequadas de descarte e contribuindo para a melhoria da gestão de resíduos no município.

Os conselheiros definiram que a próxima reunião ordinária será realizada na terça-feira, dia 18/02/2025, às 08h30, na sala de reuniões da SEMED, devido ao espaço ampliado e à disponibilidade de equipamentos necessários.

Foi então encerrada a reunião. E nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados e eu Ingrid Araujo, lavrei a presente ata, que lida, vai assinada por mim Ingrid Araujo e todos os presentes.

Participantes	Assinaturas
Hugo Teixeira Francisco Alves	
Fernando Augusto Pessotti	
Diego Pavesi Cometti	
Celso Feu Correa	
Hevelyn Ferreira dos Santos	
Bianca Felix de Oliveira	
Wallisson Costa	
Nayara dos Santos S. Scopel	
Wyrlla B. de A. Castiglioni	
Sherlen Gomes Nunes Braga	
Emerson Brandão Almeida	
Marcos Ribeiro Gomes	
Ronaldo Martins	
Anelin Zucoloto Nardi	
Marcos Antônio do Nascimento	